

O DILEMA PARAGUAIO: ENTRE A REEXPORTAÇÃO E O MERCOSUL

*EL DILEMA PARAGUAYO:
ENTRE LA REEXPORTACIÓN Y EL MERCOSUR*

*THE PARAGUAYAN DILEMMA:
BETWEEN REEXPORTATION AND MERCOSUR*

Luiza Peruffo¹ 

Kevin Wanderlan Fernandes dos Santos² 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O Paraguai possui um desenvolvimento econômico único em relação aos seus parceiros do Mercosul. Enquanto a maioria dos membros do bloco adotaram o modelo de substituição de importação para fomentar a indústria, o Paraguai optou pelo que é chamado de “regime de reexportação”, ou triangulação comercial, que se firmou como um dos pilares de sua economia na segunda metade do século XX. Essa política faz uso da discrepância alfandegária entre os países para efetivamente tornar o Paraguai um “reexportador” de produtos vindos de fora do continente. Ao se beneficiar das assimetrias regionais, o modelo vai de encontro com os ideais de cooperação esperados por um mercado comum, como o Mercosul busca tornar-se. Também torna o Paraguai um caso atípico entre pequenas economias: apesar de ser o integrante do Mercosul mais dependente do comércio com seus vizinhos, é historicamente o mais receoso em promover e adotar as medidas de integração propostas pelo resto do bloco. Esse trabalho se propõe a explorar a origem e escopo do regime de reexportação, sua perspectiva atual, e se o dilema historicamente enfrentado pelo Paraguai se mantém válido com a crescente diversificação econômica do país.

¹ Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). PhD pela Universidade de Cambridge. E-mail: luiza.peruffo@ufrgs.br

² Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: kevinwanderlan1@gmail.com

Palavras-chave: Paraguai; Mercosul; Reexportação; História Econômica do Paraguai.

Resumen: Paraguay tiene un desarrollo económico único en relación con sus socios del Mercosur. Mientras la mayoría de los miembros del bloque adoptaron el modelo de sustitución de importaciones para impulsar la industria, Paraguay optó por el llamado “régimen de reexportación”, o triangulación comercial, que se consolidó como uno de los pilares de su economía en la segunda mitad del siglo XX. Esta política aprovecha la asimetría aduanera entre los países para convertir efectivamente a Paraguay en un “reexportador” de productos provenientes de fuera del continente. Al beneficiarse de las asimetrías regionales, el modelo contradice los ideales de cooperación que se esperan en un mercado común, como el Mercosur busca ser. También convierte a Paraguay en un caso atípico entre las economías pequeñas: a pesar de ser el miembro del Mercosur más dependiente del comercio con sus vecinos, es históricamente el que ha mostrado mayor reticencia a promover y adoptar las medidas de integración propuestas por el resto del bloque. Este trabajo tiene como objetivo explorar el origen y alcance del régimen de reexportación, su perspectiva actual y si el dilema que históricamente ha enfrentado Paraguay sigue siendo válido con la creciente diversificación económica del país.

Palabras clave: Paraguay; Mercosur; Reexportaciones; Historia Económica del Paraguay.

Abstract: Paraguay has a unique economic development compared to its Mercosur partners. While most of the bloc's members adopted the import substitution model to promote industry, Paraguay opted for what is called the “re-export regime”, or commercial triangulation, which was established as one of the pillars of its economy in the second half of the 20th century. This policy makes use of the customs asymmetry between countries to effectively make Paraguay a “re-exporter” of products coming from outside the continent. By benefiting from regional asymmetries, the model challenges with the ideals of cooperation expected by a common market, as Mercosur seeks to become. It also makes Paraguay an atypical case among small economies: despite being the member of Mercosur most dependent on trade with its neighbors, it is historically the most reluctant to promote and adopt the integration measures proposed by the rest of the bloc. This article aims to explore the origin and scope of the re-export regime, its current perspective, and whether the dilemma historically faced by Paraguay remains valid with the country's growing economic diversification.

Key Words: Paraguay; Mercosur; Reexportation; Economic History of Paraguay.

1. Introdução

A reexportação é um processo em que determinado país importa produtos não para seu mercado interno, mas para serem revendidos a um país terceiro com pouca ou nenhuma transformação realizada. O país intermediário, necessariamente com menores tarifas e restrições aduaneiras que o país final, se beneficia com a arrecadação alfandegária extra (vindas do acréscimo das importações) e a entrada de capital estrangeiro sem requerer incrementos na sua própria capacidade produtiva (LAMBERTI, 2006).

Essa estratégia tem sido um dos pilares da economia do Paraguai desde os anos 1970, durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). Sendo o país menos desenvolvido do continente, mas fronteiro com suas duas maiores economias (Brasil e Argentina), o modelo reexportador foi adotado com a ideia de rapidamente adquirir fundos para o financiamento do regime sem conflitar com a estrutura produtiva agroexportadora, desinteressada na industrialização, e também para apoiar uma agenda maior de aproximação política e econômica com o Brasil (RUIZ, 2011; YEGROS; BREZZO, 2016). O modelo, também chamado de comércio triangular, contribuiu para tornar o Paraguai um dos países mais dependentes do comércio de seus vizinhos imediatos, em particular o Brasil e a Argentina.

A reexportação não apenas sobreviveu ao fim do regime de Stroessner em 1989, como tem sido conscientemente protegida pela manutenção de tarifas alfandegárias abaixo de seus vizinhos, mesmo décadas após a redemocratização do país (ONS; RUIZ, 2011). Essa posição

cria um paradoxo na inserção paraguaia no bloco econômico do Mercosul. Sendo um país pequeno e altamente dependente do comércio com seus vizinhos, ele teoricamente seria o maior beneficiário de uma maior integração e cooperação regional. Porém, o compromisso com a reexportação mina a adoção de uma união aduaneira plena, que destruiria as vantagens tarifárias necessárias para a triangulação (MASI, 2011). Com efeito, o tema da reexportação é um dos principais temas da política externa bilateral contemporânea entre Brasil e Paraguai (HIRST, 2006).

Este artigo revisita o surgimento do comércio de reexportação no Paraguai, como ele vem afetando as relações deste com o Mercosul, e sua dimensão atual para especular suas perspectivas futuras.³ Busca-se responder a seguinte pergunta: Quais os dilemas enfrentados pelo Paraguai no avanço do processo de integração do Mercosul? O artigo está dividido em sete seções. Seguindo esta introdução, a segunda parte revisita o desenvolvimento histórico do país. A terceira aborda a formação do regime de reexportação. A quarta contextualiza a inserção paraguaia no Mercosul. A quinta apresenta a perspectiva paraguaia do Mercosul. A sexta analisa dados relevantes sobre o comércio triangular para avaliar sua importância nas discussões políticas do país. Por fim, são tecidas as considerações finais do trabalho.

2. Precedentes históricos

O Paraguai nem sempre foi uma referência de abertura econômica e dependência comercial. Pelo contrário, pela maior parte de sua história foi considerado uma nação isolada política, cultural e economicamente de seus vizinhos e o resto do mundo (LAMBERT; NICKSON, 2013). As décadas seguintes à morte de Solano López, em 1870, foram marcadas por um

³ Este trabalho é fruto da pesquisa de Kevin Wanderlan Fernandes dos Santos para seu trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da professora Luiza Peruffo.

constante estado de instabilidade política e social. Desde a independência o país fora centralizado em um governante autoritário, e as novas instituições foram incapazes de criar uma democracia (ou mesmo ditadura) funcional. Entre 1870 e 1954 houve 44 presidentes no país, 24 deles tirados do poder com violência e 27 não governando por mais de dois anos (LAMBERTI, 2011). A instabilidade crônica impediu uma política de desenvolvimento coerente capaz de reverter os efeitos da guerra (FARINA 2003, p. 93).

O ponto de inflexão na construção do Paraguai moderno se deu com a ascensão de Alfredo Stroessner em 1954. Stroessner era o chefe das Forças Armadas em 1954, e conseguiu com sucesso unir os militares para tomar o poder em meio a outra crise política no país. Diferente dos ditadores predecessores, Stroessner conseguiu estabelecer um eficaz aparato de repressão política com ajuda dos militares e da força policial. Sua postura anticomunista também garantiu o apoio dos Estados Unidos com o acirramento da Guerra Fria e a Operação Condor (FARINA, 2003). Seu regime de 35 anos permitiu pela primeira vez, desde o governo López, uma política de desenvolvimento coerente e de longo prazo. O progresso econômico era visto como chave para sua permanência no poder.

Em seu governo, marcado na historiografia paraguaia como “*El Stronato*”, buscou cooptar investimento e cooperação internacional de países anticomunistas como os EUA e o Brasil (após 1964) com um posicionamento austero e neoliberal. Pode-se argumentar, como faz Masi (2006), que Stroessner antecipou o Consenso de Washington, que só seria estabelecido após sua queda. O período foi marcado pela modernização da infraestrutura graças à liberação de crédito e assistência financeira do estrangeiro (LAMBERTI, 2011).

Sem fronteira marítima, o Paraguai em meados dos anos 1950 ainda era totalmente dependente do porto de Buenos Aires para exportar seus produtos. A estagnação e crescente fraqueza da economia argentina, e sua

oposição ideológica ao regime de Stroessner, tornava pouco atraente manter o país como principal parceiro comercial. Assim, a cooperação e aproximação do Brasil, em detrimento da Argentina, se tornou uma prioridade geopolítica (YEGROS; BREZZO, 2016).

A interligação entre Paraguai e Brasil, não só geopolítica como física, se deu de duas principais formas: (i) a criação de estradas e assentamentos em direção à fronteira, a fim de interligar o país ao porto de Paranaguá e expandir a fronteira agrícola; e (ii) a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A Usina se tornou um dos principais motores da economia, desencadeando o surgimento de diversos empreendimentos públicos e privados entre as duas nações e um “milagre econômico”⁴ ao Paraguai. A usina também atraiu, junto de uma política imigratória liberal e a privatização de terras, um grande fluxo de brasileiros e empresas estrangeiras para o leste do país, seguido de um êxodo rural de paraguaios para as novas cidades. Colonos brasileiros também introduziram ao país a produção de soja e algodão, expandindo a fronteira agrícola e integrando-a ao mercado global (LAMBERTI, 2011).

Os avanços na modernização da infraestrutura e comunicações durante *El Stronato* não deve ser confundido com algum tipo de desenvolvimentismo ou industrialização. Stroessner nunca teve interesse em desenvolver um modelo de substituição de importações, como seus vizinhos fizeram décadas antes, não querendo atrapalhar os interesses agropecuários e despender as escassas receitas do país (MASI, 2011). Estes ocorreram no contexto de dar espaço para o escoamento das exportações e consolidação do Paraguai como um país primariamente agroexportador de alguns poucos produtos agrícolas. Os pilares da economia paraguaia durante todo o período seriam o comércio agroexportador, a reexportação, e a venda de energia elétrica. A indústria começaria a ser desenvolvida

⁴ Durante os anos da construção da usina (1974 a 1982) o Paraguai teve uma média de crescimento anual do PIB de 9,7%.

lentamente apenas na década de 1980, com o estabelecimento de maquilarias do estrangeiro em busca de mão de obra barata (MASI, 2011).

Ademais, o regime nunca superou, mas incentivou e expandiu, a cultura de corrupção e clientelismo sistêmico nas instituições paraguaias existentes desde a independência (FARINA, 2003; LAMBERTI, 2011). O crescimento econômico não correspondeu às expectativas quanto a melhora na qualidade de vida em geral, e associados de Stroessner foram os principais beneficiários das reformas agrícolas e comerciais (LAMBERTI, 2011). A debilidade do estado paraguaio deu espaço para o emprego informal e contrabando entre a fronteira, que seria uma das raízes do modelo reexportador e empecilhos para o desenvolvimento do país (MASI; BORDA, 2002, p. 17).

Em conclusão, percebe-se que, enquanto Stroessner estabilizou e modernizou o país, também cimentou os entraves de seu desenvolvimento. Tornando a agroexportação e o comércio triangular os pilares “produtivos” do país, se criou uma elite moderna que se beneficiava de um setor público sem transformação e submisso aos ditames do mercado internacional (MASI; BORDA, 2002). Isso vai ao encontro da opinião de Lamberti (2011, p. 158) quando afirmou: “A vida econômica do Paraguai não se explica pelos êxitos e fracassos da estratégia de crescimento para fora e sim pela habilidade do Estado em tirar proveito das condições externas”. É no contexto de crescimento econômico e aproximação com o Brasil que surgem as bases para o regime de reexportação. Grande parte do desenvolvimento de Stroessner consistiu na modernização da infraestrutura e sistema de comunicações, dando espaço para o escoamento da exportação.

3. Formação do regime de reexportação (1954-1989)

O comércio triangular tem suas origens legais em dois regimes de importação da era Stroessner: (i) o regime de despacho fronteiro e (ii) o regime de despacho em trânsito (RUIZ, 2011).

O primeiro se deu como um artifício para tornar o contrabando em uma ferramenta do Estado. O incentivo fiscal era aplicado a produtos de consumo como cigarros e bebidas alcoólicas produzidas pelos países vizinhos. Ao serem exportados ao Paraguai, os operadores (geralmente brasileiros) recebiam a restituição de impostos pagos internamente. Já no Paraguai, sem receber novos custos tributários extras, podiam retornar ao Brasil de modo competitivo via contrabando (RUIZ, 2011).

Já possuindo significativas vantagens fiscais e tarifárias em relação aos seus vizinhos, o Paraguai se tornou um polo contrabandista graças à disposição da guarda militar paraguaia, responsável pelo controle da fronteira, de se tornarem cúmplices dessas organizações. Apesar de o regime em si se referir apenas ao comércio de bens de consumo, a força adquirida por organizações criminosas no período permitiu sua extensão ao tráfico de drogas, armas, carros e outras formas de lavagem de dinheiro. Lamberti (2011) explica que, apesar do contrabando existir desde os tempos coloniais, o contrabando da época não teria prosperado sem a corrupção das autoridades de vigilância paraguaias.

O segundo regime, por sua vez, é a base do modelo que perdura até os dias de hoje. Enquanto o regime de despacho fronteiro tratava de bens de consumo regionais, o regime de despacho em trânsito dava benefícios fiscais a produtos (em geral, bens de capital) vindos da Ásia e da América do Norte para serem reexportados ao Brasil e Argentina. A medida foi adotada em 1972 junto do despacho fronteiro, com o explícito propósito de “obter recursos fiscais”⁵, mas ganhou força apenas no final da década de

⁵ Segundo a Resolução MH N° 70/77 (Ruiz, 2011).

1980 (Ruiz, 2011). Durante esse período, cidades como Ciudad del Este e Pedro Juan Caballero estabeleceram grandes “shopping centers” para os brasileiros, trazendo um importante dinamismo econômico para essas cidades. O comércio triangular também deu surgimento aos chamados “sacoleiros”: o Brasil e Argentina tem um limite de isenção alfandegária para seus cidadãos que compram no exterior. Para contornar essa restrição, os sacoleiros (geralmente paraguaios, mas às vezes brasileiros e argentinos) vão e vem entre a fronteira para comprar e vender os produtos em pequenas quantidades para os turistas comerciais (Lamberti, 2006).

O fim da ditadura militar, em 1989, seguiu uma tendência de redemocratização na América do Sul, e com ela, a necessidade de grandes reformas institucionais, que afetariam o modelo de reexportação de Stroessner. O caráter informal e grandemente complacente ao contrabando da política comercial de Stroessner trouxera uma má reputação ao país, e o Brasil em particular começava a aplicar medidas internas para frear as operações da fronteira (Ruiz 2011, p. 134).

A resposta não foi o abandono do sistema de triangulação, mas sua reforma. O regime de despacho fronteiriço foi gradualmente abolido, enquanto o regime de despacho transitório foi substituído em 1991 pelo Regime de Turismo, sendo até hoje o aparato legal que rege o modelo reexportador. Assim como o anterior, prevê incentivos fiscais para a reexportação de produtos independentes de transformação. A diferença se dá com a melhor formalização do processo⁶, incentivando o registro comercial e arrecadação (Lamberti, 2011). A reexportação cresceu tanto que em 1995 era mais que o triplo das exportações regulares, e representava cerca de 33% do PIB nacional.

Em uma releitura da história econômica paraguaia, podemos observar que ela tem se sustentado na exploração de seus recursos

⁶ Isso não significa que as informações de reexportação sejam fáceis de mensurar ou que não haja espaço para irregularidades no regime. Isso se evidencia quando produtos importados pelo regime são vendidos para sacoleiros (dentro do país) que venderão no outro lado da fronteira. Nessa situação, comum e totalmente dentro da legalidade, não se registra nas contas públicas a saída dos produtos.

naturais, incluindo seus recursos hidrelétricos, e mais recentemente no comércio triangular. Como apontam Masi e Borda (2002), a semelhança destes é a dependência do mercado internacional em detrimento de uma economia transformadora. Enquanto a economia paraguaia vem se tornando mais diversificada nas últimas décadas (de forma lenta, mas contínua), o legado do comércio triangular é o que tem causado mais atritos no modelo de integração previsto pelo bloco econômico do Mercosul, ao qual o Paraguai se uniu em 1991 como membro fundador. As implicações teóricas desse conflito e seus desenvolvimentos políticos serão explorados na seção seguinte.

4. Inserção do Paraguai no Mercosul

Para compreender os dilemas enfrentados pelo Paraguai, precisamos fazer algumas considerações teóricas sobre integração econômica e a agenda do Mercosul. As negociações que dariam origem ao Mercosul vieram de um longo processo de transformação geopolítica no Cone Sul nas últimas décadas do século XX. A Guerra Fria estava no seu fim, os regimes autoritários da região sucumbiam e a rivalidade histórica entre o Brasil e a Argentina se transformava em cooperação e propostas de integração regional. Com o Uruguai unindo-se às negociações em 1988, o Paraguai declararia interesse somente após ser formalmente convidado em 1990, um ano após a queda do regime Stroessner (YEGROS; BREZZO, 2016).

O resultado foi a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, oficializando o Mercosul e seu objetivo de se tornar um mercado comum pleno até 1995. Conforme delineado no Tratado de Assunção, isso implica: (i) a livre circulação de bens e fatores produtivos de seus membros; (ii) o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e uma política comercial unificada; (iii) a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os países membros; e (iv) o compromisso de harmonizar

suas legislações para o fortalecimento da integração regional. A definição de mercado comum, bem como as etapas para atingi-lo, vão ao encontro da esquematização clássica da integração econômica descrita por Balassa (1962). Sob essa perspectiva, cada estágio de integração implica em maior coordenação e comprometimento políticos e econômicos das partes assinantes. Ou seja, quanto maior a integração, mais o país membro precisará abrir mão de sua soberania para adotar políticas comerciais, cambiais etc. em prol da agenda do bloco. Tendo isso em consideração, a integração é facilitada quanto menos divergência socioeconômica existe entre os países (PERUFFO, 2012).

As assimetrias do Mercosul eram nítidas desde a fundação do bloco. O Brasil e a Argentina representam, respectivamente, 72% e 23% do PIB do bloco, e 79% e 17% de sua população total. A visão inicial do bloco era que as assimetrias existentes não eram obstáculo significativo para a integração, e que a dinâmica do comércio regional e competitividade traria crescimento em especial aos países menores (MASI; BORDA, 2002; SOUZA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2010).

Inclusive na época da assinatura do Tratado de Assunção, críticos apontavam o curto prazo para a adoção do mercado comum, dadas as incertezas macroeconômicas do período e a dificuldade em encontrar uma Tarifa Externa Comum (TEC) aceitável para todos os membros. Ao fim de 1994, reconhecendo a impossibilidade de um mercado comum, no ano seguinte, foi acertada uma TEC com dois grandes grupos de exceções: o primeiro era uma lista de 900 bens de capital (a maioria bens de informática e telecomunicação) cujas tarifas nacionais convergiriam até 2000 para o Brasil e Argentina, e 2005 para o Uruguai e Paraguai. O outro grupo eram as Listas Nacionais de Exceção (LNE), que dava aos países o direito de incluir quaisquer produtos que considerassem necessário para não impactar seu custo de produção e indústria interna. Brasil e Argentina receberam o limite de 300 itens, enquanto Uruguai e Paraguai poderiam escolher 399 produtos cada. Posteriormente, foram criadas outras listas

dando exceções especiais a bens de capital e bens de informática e telecomunicações sem produção nacional (KUME; PIANI, 2011).

Enquanto o primeiro grupo de fato convergiu nos prazos estipulados, as LNEs têm sido continuamente prorrogadas, com as cotas sendo alteradas. Atualmente, o Brasil e a Argentina têm o limite de até 100 códigos a serem adicionados em sua lista. O Uruguai tem 225. O Paraguai foi o único a aumentar sua cota, mantendo sua lista original e criando mais duas, totalizando 649 tipos de produtos com tarifa autônoma⁷. Sendo assim, o Mercosul se configurou, e permanece sendo, uma união aduaneira imperfeita. Kume e Piani (2011) sugerem que a TEC aprovada, estruturalmente imperfeita e com poucas perspectivas de manutenção, só pôde ser aprovada pelo desejo de assegurar a credibilidade de um processo de integração nominal.

À luz da teoria e dos defensores do Mercosul, a prioridade atual para atingir os objetivos do Tratado de Assunção deve ser a concretização de uma união aduaneira plena (FOHS, 2024), o que significa uma TEC consistente para todos os membros do bloco. Caso isso ocorra, o Paraguai perderia a vantagem tarifária que permite o comércio de reexportação e a economia decorrente dele. Isso inclui a receita aduaneira arrecadada, o fluxo de turistas comerciais brasileiros (que por sua vez fomentam outros segmentos da economia fronteiriça) e os comerciantes paraguaios dependentes dele (MENEZES; PENNA, 2006). Enquanto é normal haver algumas exceções em uniões aduaneiras, o caso do Mercosul é particularmente chamativo (em comparação a outros blocos) pelo número de exceções e o quanto estas afetam as importações totais, em especial no Paraguai (RUIZ, 2011). Tendo em consideração as implicações teóricas da TEC, e sua implementação, na próxima seção analisa-se como tem sido de fato o trajeto do Paraguai no Mercosul.

⁷ Ver Resolução da GECEX 288/2021 com a decisão do Conselho do Mercado Comum N° 11/21, em Anexo Único, publicada no Diário Oficial da União (MERCOSUL; CMC; DEC, 2021).

5. Perspectiva paraguaia do mercosul

Tanto na literatura paraguaia quanto na brasileira, a inclusão do Paraguai como membro fundador do Mercosul é descrita como tendo sido uma surpresa no campo geopolítico. Yegros e Brezzo (2016) fazem esse ponto dando ênfase na cultura política tradicionalmente chauvinista do país e a estratégia histórica de balancear a influência argentina e brasileira a fim de obter favores. Já Menezes e Penna (2006) expressam a mesma opinião com foco na questão da reexportação, estrutura produtiva e a assimetria econômica do país em relação aos outros integrantes. Em um bloco de desiguais, o Paraguai era não só o menos relevante economicamente, mas menos desenvolvido em termos de IDH, PIB per capita e urbanização. Apesar de melhorias relativas no IDH e participação do PIB (de 1,1% para 1,6% do PIB total do bloco), essas assimetrias permanecem até hoje, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 – Assimetrias Econômicas do Mercosul - 2022

País	PIB	População	IDH	PIB per capita (em US\$)	Pop. Urbana
Brasil	72,1%	79,1%	0.760	9.455	87%
Argentina	23,7%	16,9%	0.849	13.650	92%
Uruguai	2,7%	1,3%	0.830	20.793	96%
Paraguai	1,6%	2,7%	0.731	6.152	62%

Fonte: Elaborado com base nos dados de Banco Mundial (2024).

Outra questão era a suposta rivalidade produtiva dos poucos bens agrícolas exportados pelo país com suas contrapartes estrangeiras. Os maiores opositores ao projeto foram os agricultores e alguns empresários, temendo o aumento da concorrência e o influxo de bens brasileiros nos quais seriam incapazes de competir. Contudo, ainda que a maior oposição tenha vindo desses grupos, a maioria se mostrou indiferente ou pragmática em relação ao bloco (RODRÍGUEZ, 2001; AYALA DIARTE, 2013).

Os motivos que levaram o Paraguai a se unir ao bloco são complexos. Vale ressaltar que essa decisão não veio da pressão de grupos de interesse

domésticos, mas de decisões governamentais voltadas ao comércio exterior (KFURI; LAMAS, 2008). Alguns dos principais motivos em prol da decisão final foram os seguintes fatos: (i) a economia estava estagnada desde meados dos anos 1980, fruto do fim da construção da Hidrelétrica de Itaipu e deterioração dos termos de troca dos produtos agrícolas, em particular do algodão (RODRÍGUEZ, 2001); (ii) a formação de blocos econômicos dos anos 1980 para 1990 era um fenômeno global, onde em particular regiões subdesenvolvidas buscavam se proteger dos efeitos da globalização financeira (OCAMPO, 2006); (iii) os Estados Unidos, os maiores aliados e parceiros comerciais do Paraguai fora da América do Sul, mudaram sua política externa com o fim da Guerra Fria, abertamente incentivando a criação de blocos de livre comércio na região (KFURI; LAMAS, 2008); e (iv) sendo dependente economicamente do Brasil e Argentina, sua exclusão do bloco reduziria seu poder de barganha regional, já relativamente fraco e quase inexistente a nível mundial (RODRÍGUEZ, 2001).

Em suma, o governo paraguaio temia se manter à margem do novo sistema mundial de comércio e incidentalmente sinalizar o retorno do isolacionismo pré-Stroessner. Ademais, a criação de uma zona de livre comércio era compatível com o que Masi (2006) chamou de “integração orientada à intermediação”, promovida pelo país, que poderia fomentar o comércio regional que havia se enfraquecido na década anterior. Em outras palavras, o custo de se unir ao bloco era menor que permanecer fora dele e se alienar dos parceiros regionais e globais.

Os primeiros anos do Mercosul trouxeram resultados dubiamente positivos para o país. O “período probatório” da zona de livre comércio, entre 1991 e 1995, resultou em um forte acréscimo na exportação intrabloco, porém menores que o esperado (BORDA; CABALLERO, 2020). Já exportações internacionais se mantiveram estagnadas até 1997. O número de produtos exportados sextuplicou entre 1989 e 1999, depois triplicando ao chegar em 2006. Com o destino desses novos produtos sendo

majoritariamente os países do Mercosul, poderia se inferir que o bloco ajudou o país a diversificar sua produção. Porém, se reconhece que esse aumento de diversificação não foi particularmente maior que a média global nos anos 1990 (AYALA DIARTE, 2013).

Os problemas estruturais do Mercosul ficaram ainda mais expostos com sua transição para uma União Aduaneira em 1995. A TEC aprovada era essencialmente o reflexo da estrutura produtiva brasileira e argentina⁸, com uma tarifa externa relativamente alta em comparação aos outros dois membros, com uma larga lista de exceções para aplacar os países menores. O resultado foi que o Paraguai abriu mão de fixar uma estrutura tarifária que beneficiasse uma redução dos custos de sua produção ou consumo de bens. Ao invés disso, as Listas de Exceções à TEC acabaram sendo utilizadas para a proteção do comércio triangular, que teoricamente deveria ter acabado na formação do Mercosul (MASI, 2006; BORDA; CABALLERO, 2020).

Enquanto a maioria dos governos paraguaios após a independência promoveram o Mercosul como forma de legitimar o regime democrático, se manteve forte na opinião pública (e a certo nível, na oposição política) do Paraguai um ceticismo em relação ao bloco (ARCE, 2010; BORDA; CABALLERO, 2020). Essa oposição ideológica, junto das questões econômicas, criou uma cultura diplomática marcada por uma série de desavenças que levaram o país a ser referido como um “estado problema” na visão de alguns observadores (RODRÍGUEZ, 2001; ARCE, 2010; SILVA; RODRIGUES, 2011). Entre esses desencontros, se destacam: (i) a já mencionada irredutibilidade em preservar sua política comercial autônoma, frustrando as tentativas de formar uma TEC consistente e uma união aduaneira plena; (ii) diversas tentativas de criar acordos bilaterais fora do bloco, em particular com os EUA (SILVA; RODRIGUES, 2011); e (iii) um “desencontro diplomático”: por anos o país foi único membro a recusar a

⁸ A principal diferença entre as duas era que a Argentina, assim como o Uruguai e Paraguai, pleiteava uma TEC reduzida para bens de capital, informática e telecomunicações, os quais o Brasil era o maior produtor do bloco.

adesão da Venezuela ao bloco. O país somente entrou com a breve suspensão do Paraguai em 2012, no *impeachment* de Fernando Lugo⁹.

Uma vitória para o Paraguai foi a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) em 2004, criado para financiar projetos nos países menos desenvolvidos do bloco e nivelar as assimetrias. O fundo previa um aporte de US\$100 milhões anualmente, de contribuição proporcional ao PIB dos países membros. Assim, o Paraguai contribuiria com apenas 1% do fundo, mas seria seu maior beneficiado com 56% dos direitos de uso. Previsto para durar 10 anos, o bloco renovou a validade do fundo em 2015, mas não deu continuidade efetiva ao projeto, que permanece sem novos aportes desde 2016. Até o momento, o FOCEM foi a única medida concreta do Mercosul para mitigar as assimetrias estruturais entre seus membros (LEMOS, 2023).

No quesito econômico, desenvolvimentos recentes têm contribuído para distanciar o Paraguai do Mercosul. Nas primeiras duas décadas do bloco, o país teve a menor média de crescimento anual do PIB. Porém, a partir da década de 2010, se tornou a economia com maior crescimento do bloco¹⁰. Esse crescimento não é atribuído ao Mercosul, que teve pouco desenvolvimento no período, mas sim a políticas de combate à extrema pobreza (negligenciadas até então), e à estabilidade fiscal e monetária do país. Ao se manter economicamente aberto e estável enquanto seus maiores vizinhos, Brasil e Argentina, passavam por grandes crises fiscais e monetárias, centenas de empresas regionais e intercontinentais se estabeleceram no país, ajudando a diversificar a economia (BORDA; CABALLERO, 2020). Em meio a instabilidade crônica dos países maiores, em particular crises inflacionárias, a ideia de fortalecer uma união

⁹ A entrada de um novo membro e diversos acordos comerciais feitos durante a suspensão de dez meses do Paraguai foi motivo de grande polêmica no país, que por anos pleiteou contra a legalidade da decisão. A questão abrandou-se somente com a suspensão da Venezuela em 2016.

¹⁰ Segundo dados do Banco Mundial (2024).

aduaneira (ou como alguns propõe, uma união monetária¹¹) se torna pouco atrativa para o Paraguai.

A conclusão de muitos autores é que a experiência paraguaia no Mercosul tem sido uma decepção tanto do país quanto do resto do bloco (ARCE, 2010; MASI, 2011; SILVA; RODRIGUES, 2011; BORDA; CABALLERO, 2020). Da parte do bloco, o Paraguai parece mais interessado em utilizar seu status como membro para alavancar acordos bilaterais fora do bloco e receber apoio através de instituições como o FOCEM (SILVA; RODRIGUES, 2011). Já para o Paraguai, os benefícios econômicos têm sido dúbios e difíceis de mensurar. Porém, grande parte disso se deve à superficialidade da integração acertada com o Mercosul. Ao se recusar a abrir mão de sua política comercial, o Paraguai renuncia a uma integração mais profunda com seus vizinhos em prol de um comércio reexportador que não traz benefícios ao seu setor produtivo (MASI, 2011). Tendo isso em consideração, na próxima seção analisaremos a relevância do regime reexportador na economia paraguaia e se ela justifica a irredutibilidade ainda mantida no país.

6. Mensurando o regime de reexportação

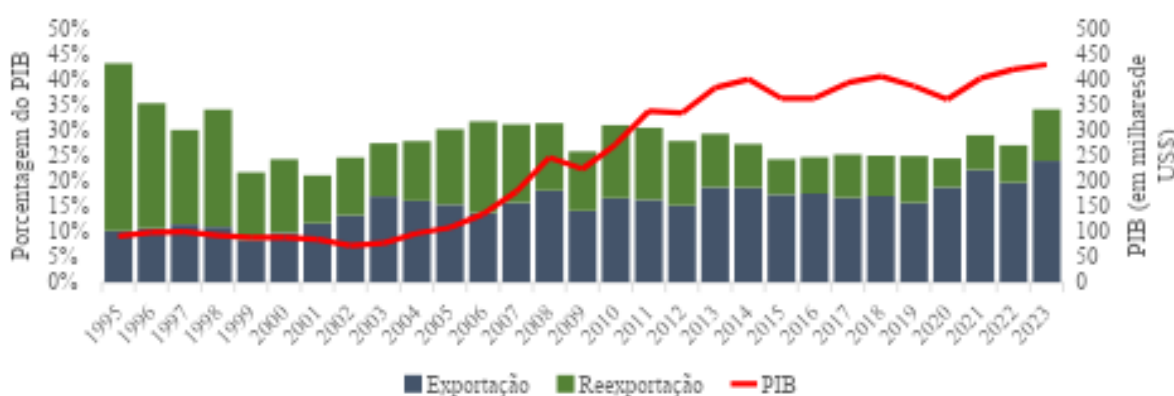
Nesta seção, busca-se mensurar o escopo do atual regime com base nas seguintes métricas: quantidade de reexportações, sua proporção nas exportações em geral, seu impacto na balança comercial e contribuição na arrecadação pública. A este último é dado destaque, já que fora o motivo explícito pelo qual o regime foi inicialmente adotado. Uma métrica relevante também seria a geração de empregos associados à reexportação, porém não foi incluída devido à falta de dados. Ruiz (2011, p. 178) estima, grosso modo, que existem 12.000 postos de trabalho diretamente

¹¹ O Brasil e a Argentina discutiram seriamente a criação de uma moeda comum regional em diferentes momentos: 1987, 1998, 2008 e 2022. As discussões mais recentes, reprovadas pelo presidente paraguaio, tiveram fim com a mudança do governo argentino no final de 2023.

associados à reexportação: 8.000 informais (sacoleiros, transporte de turistas, etc.) e 4.000 formais (comerciantes e serviços profissionais).

O Gráfico 1 demonstra o grande peso que as reexportações tiveram no país, em particular na década de 1990. Ainda assim, seu peso caiu de quase um terço da economia paraguaia, para apenas 10% em 2023, e um mínimo de 6% no ano da pandemia do Covid-19. As exportações próprias têm crescido em importância graças ao boom das commodities, a crescente demanda de países asiáticos emergentes (em particular a China e Índia) e aos avanços técnicos associados à agropecuária (AYALA DIARTE, 2013), mostrando a prevalência do modelo agroexportador herdado da era Stroessner.

Gráfico 1 – Exportação Própria e Reexportação como porcentagem do PIB (1995-2023)



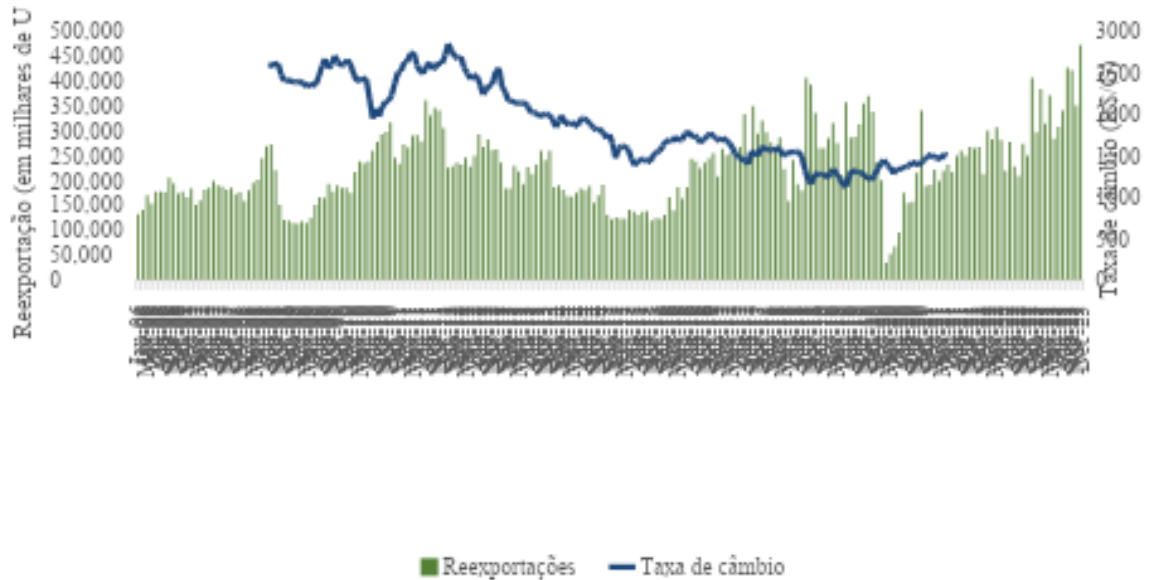
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central del Paraguay (2024)

Também podemos observar que a queda das reexportações em relação à economia não necessariamente se manifestou em números absolutos, salvo alguns períodos de crise internacionais ou regionais. Lamberti (2011) atribui a baixa no fim do século XX à crise bancária no país¹² e à crise do real em 1999, quando a adoção do câmbio flutuante no Brasil causou a desvalorização da moeda. Posteriormente, em um informe especial de comércio exterior, o OBEI (2016) atribui a decadência das reexportações ao enfraquecimento do real brasileiro a partir de 2010, tendo

¹² Em 1995 e 1997 o Paraguai passou por uma série de escândalos financeiros relacionados à liberalização da economia e a corrupção herdada do regime militar. Nesse período, mais da metade dos bancos e dois terços das empresas financeiras do país declararam falência.

seu mínimo no período de recessão em 2015 e 2016. Essa premissa pode ser mais bem observada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Reexportações (em milhares de US\$ correntes) x Taxa de Câmbio Real/Guarani (2006-2023)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central del Paraguay e Google Finance (2024)

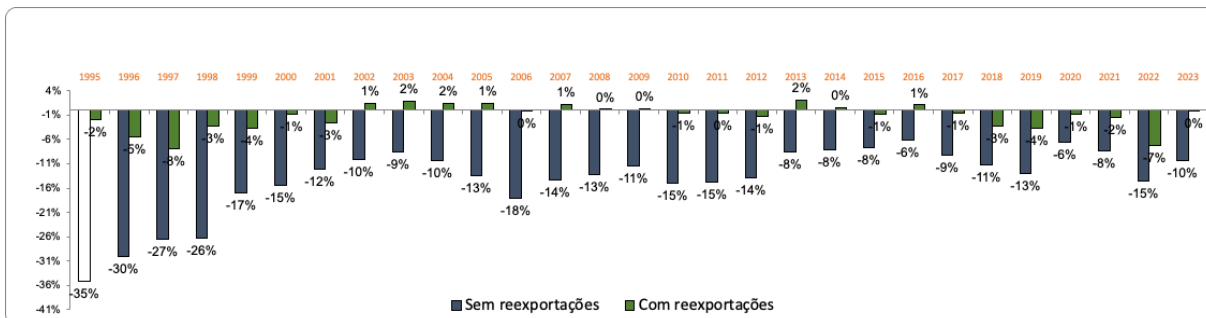
A tese do OBEI parece se comprovar ao vermos a influência do real (e de modo geral, da economia brasileira), não apenas na no período de 2010-2016, mas também nos choques da crise de 2008 e a do Covid-19 em 2020, que afetaram mais o real brasileiro em relação ao guarani paraguaio, possivelmente em função da maior inserção global do Brasil. Não é, porém, uma correlação direta, ao vermos que a tendência de queda das reexportações foi quebrada após 2020. Ainda assim, pelo menos parte desse crescimento pode ser atribuído à recuperação econômica brasileira¹³.

Outro ponto relevante é o impacto que as reexportações têm na balança comercial do país. Nunca havendo passado por um processo de substituição de importação (LAMBERTI, 2011), o país tem um persistente déficit comercial. O modelo de triangulação tem sido importante para mitigar tal déficit, ainda que com sua eficácia evidentemente declinante,

¹³ Apesar do modesto fortalecimento do real, o PIB brasileiro teve um crescimento anual médio de 3,6% entre 2021 e 2023, a maior taxa desde 2010.

conforme ilustrado no Gráfico 3. Com uma economia pequena e particularmente vulnerável a choques externos, o Paraguai tem um maior incentivo em preservar esse equilíbrio para manter sua estabilidade monetária. (ROJAS, 2016).

Gráfico 3 – Saldo da balança comercial em % do PIB (1995-2023)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central del Paraguay (2024).

Em relação à arrecadação, este foi um dos principais motivadores por trás da adoção do regime de triangulação, sendo explicitamente reconhecido pelo Ministério da Fazenda como uma medida criada com o objetivo de gerar recursos fiscais. Masi (2011) considera esse o principal argumento corrente no país em defesa da permanência do regime, e que se consagrou no imaginário popular paraguaio como uma suposta dependência fiscal das reexportações. Essa visão é questionada por Ruiz (2011), que realizou um estudo sobre a arrecadação gerada entre os anos 2003 e 2010, conforme ilustra a Tabela 2.

Tabela 2 - Contribuição do Regime de Turismo na Arrecadação Total (em milhões de US\$) (2003-2010)

Imposto arrecadado	200	200	200	200	200	200	200	201
	3	4	5	6	7	8	9	0
Arrecadação Aduaneiras pelo Reg. de Turismo	28	43	44	49	61	91	71	114
Imposto de Renda e IVA (Reg. de Turismo)	16	21	25	32	36	50	44	72
Total do Reg. de Turismo	44	64	69	81	97	141	115	186
Arrecadações totais	554	805	889	1102	139	172	186	242
					8	4	0	3
Contribuição do Reg. De Turismo	8%	8%	8%	7%	7%	8%	6%	8%

Fonte: Elaboração própria com base em Ruiz (2011)

Como observado, a contribuição direta da importação de produtos que entram pelo Regime de Turismo compôs entre 6% e 8% das arrecadações totais do país. Esse valor inclui não apenas a tarifa alfandegária, mas também o de renda e o imposto de valor agregado (IVA) sob os reexportadores. Ruiz (2011) adiciona que, ao considerar o valor agregado de atividades associadas (como transporte de turistas, serviços profissionais etc.), pode se estimar cerca de 14% de contribuição total. São números consideráveis, mas que dificilmente implicam uma dependência fiscal das reexportações. Considerando que no período do estudo as reexportações tinham um peso de 10% a 15% do PIB, é razoável presumir que o impacto nas arrecadações é ainda menor atualmente. Ademais, no mesmo estudo é estimado a compensação que um abandono das reexportações teria caso acompanhado da remoção das exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul, impostas para proteger a competitividade das reexportações. Segundo Ruiz (2011), haveria um acréscimo de 7% na arrecadação pública, não superando a arrecadação do período estudado, mas significativamente mitigando seus efeitos.

Não foi possível encontrar dados para a elaboração de uma tabela similar nos anos seguintes ao estudo de Ruiz (2011). Embora existam registros de arrecadação aduaneira de 2018 a 2022 que incluem os impostos diretos sobre os produtos que entram pelo Regime de Turismo, não se incluem informações como o imposto sobre a renda e IVA dos reexportadores, o que impede análises precisas sem recorrer a estimativas grosseiras. Vale afirmar que, entre 2018 e 2022, a tributação alfandegária do Regime de Turismo flutuou entre apenas 3% a 3,6% das arrecadações totais (DNIT, 2022). Caso a relação entre a alfândega e o imposto sobre renda e IVA ainda seja similar aos de 2011, a contribuição total do Regime de Turismo chegaria a pouco menos que 5% das contas públicas totais (DNIT, 2022).

7. Considerações finais

Observamos na revisão histórica que o regime de reexportação, por muito tempo, foi caracterizado na historiografia paraguaia como um dos pilares de sua economia nacional, frequentemente justificando sua priorização frente a medidas de integração que o ameaçam (MASI; BORDA, 2002; RUIZ, 2011; AYALA DIARTE, 2013). Foi também acertado categoricamente por Ons e Ruiz (2011), e inferido pelos autores previamente citados, que o comprometimento do Paraguai com o Mercosul tem sido mínimo, em particular em relação a sua política comercial. Com a contextualização histórica e atual do regime de reexportação, podemos fazer algumas colocações relevantes ao debate de sua manutenção e espaço na política econômica paraguaia.

É evidente que a economia reexportadora, apesar de outrora ter sido um componente significativo da economia paraguaia, se encontra em decadência desde os anos 1990. Enquanto a tendência de queda foi quebrada a partir de 2021, parece improvável que ela volte a ter um peso próximo do que tinha ao final do século anterior. Porém, há mais de uma década atrás, Ruiz (2011) afirmou que não seria sensato o desmantelamento abrupto do regime, que na época ainda representava cerca de 6% a 8% da arrecadação tributária. Apesar de não haver dados concretos, é razoável inferir que sua contribuição às contas públicas (o motivo principal de sua implementação inicial) e geração de emprego também vêm diminuindo, ainda que não sejam necessariamente valores negligenciáveis. Outro importante fator a ser considerado é o peso da reexportação na balança comercial (ver Gráfico 3). Masi (2006) e Borda e Caballero (2020) atribuem ao modelo reexportador, adotado no lugar do modelo de substituição de importações, um dos principais responsáveis pela relativa estabilidade macroeconômica do Paraguai, em contraste com seus vizinhos. Com as recentes crises monetárias e fiscais do continente, reformas estruturais que

ameaçam a balança comercial e a estabilidade monetária seriam pouco atrativas, especialmente a uma economia pequena como a paraguaia.

Com base no nacionalismo histórico do país e ressentimento em relação aos seus vizinhos, pode se interpretar que a “integração orientada pela intermediação”, como descreve Masi (2006), é uma forma do Paraguai acertar sua autonomia ao promover uma política comercial em seus próprios termos. Isso acaba tornando irônico os dados apresentados no Gráfico 2, que mostram que o modelo é particularmente vulnerável a choques externos e especialmente dependente da economia brasileira, validando as preocupações de autores como Masi (2011), Ruiz (2011) e Ayala Diarte (2013).

Observamos também que há um sentimento de descontentamento no Paraguai em relação ao Mercosul. Os resultados pouco satisfatórios do bloco frequentemente levam ao argumento de que ele não serve para o país (ONS; RUIZ, 2011). Este argumento ignora o fato de que uma integração do bloco tem sido fracamente implementada, com a maioria das importações paraguaias de alguma forma contornando a união aduaneira (ONS; RUIZ, 2011), e evidentemente não gerando os mesmos benefícios esperados pela teoria.

Não há dúvidas que a integração econômica visada pelo Mercosul não é compatível com o comércio reexportador, visto que este somente existe graças às diferenças tarifárias entre os países. Assim, a opção por este modelo tem contrarrestado o fortalecimento de instituições do Mercosul que fortaleceriam a livre circulação de bens e serviços e, possivelmente, ajudariam o Paraguai a se integrar a novas cadeias produtivas e indústrias transformadoras (MASI, 2011). Os autores paraguaios apresentados no trabalho categoricamente defendem o Mercosul como a melhor opção para o país a longo prazo (MASI, 2011; ONS; RUIZ, 2011; AYALA DIARTE, 2013; BORDA; CABALLERO, 2020). Estabelecendo-se que o

comércio triangular depende da complacência dos principais vizinhos¹⁴, Brasil e Argentina (LAMBERTI, 2011), podemos especular que uma forma de solucionar a questão da reexportação seja por meio da cooperação entre os três países para tornar a zona fronteira em um polo de desenvolvimento industrial e comercial (RUIZ, 2011). Ademais, na elaboração deste trabalho foi notada a necessidade de mais estudos recentes sobre o impacto do modelo reexportador, a despeito de sua contínua relevância política e econômica para o futuro do Paraguai e do Mercosul.

8. Referências

ARCE, Lucas. Tendiendo costosos puentes: Paraguay en el Mercosur. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 118-133, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/6033>. Acesso em: 14 jun. 2024;

AYALA DIARTE, Raúl Antonio. **La inserción de Paraguay en el mundo**. Assunção: Fundación Desarrollo en Democracia, 2013. Disponível em: http://amcham.com.py/wp-content/uploads/2016/12/Libro_Insercion-de-Paraguay-en-el-Mundo_2013.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

BALASSA, Béla. *The Theory of Economic Integration*. Illinois: Richard Irving Press, 1962.

BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. **Anexo Estadístico del Informe Económico**. Assunção: Banco Central del Paraguay, 2024. Disponível em: <https://www.bcp.gov.py/anexo-estadistico-del-informe-economico-i365>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BANCO MUNDIAL. The World Bank Data. **Countries and Economies**. Washington D.C.: The World Bank Group, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BORDA, Dionisio Cornelio; CABALLERO, Manuel. **Crecimiento y desarrollo económico en Paraguay**. Assunção: CADEP, 2020. Disponível em: https://www.conacyt.gov.py/sites/default/files/upload_editores/u454/Crecimiento_desarrollo_economico_Paraguay.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

¹⁴ Como exemplo, temos o próprio regime de despacho fronteira, que prosperou durante o período de *El Stronato* até ser rechaçado pelo governo brasileiro (RUIZ, 2011).

DIRECCIÓN NACIONAL DE INGRESOS TRIBUTARIOS (DNIT). **Informes de Recaudación**. Assunção, 2022. Disponível em: https://www.aduana.gov.py/?page_id=1657. Acesso em: 23 jul. 2024.

FARINA, Bernardo Neri. **El Último Supremo**: La crónica de Alfredo Stroessner. Assunção: Editorial El Lector. 2003.

FOHS, Marta. El Mercosur Frente a su Tercera Década. **Revista Política Austral**. Buenos Aires, v. 3, n. 1, p. 15-41, jan.-jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26422/RPA.2024.0301.foh>.

GOOGLE FINANCE. **Real brasileiro a Guaraní paraguai** [Dados históricos]. Google Finance, 24 jul. 2024. Disponível em: https://www.google.com/finance/quote/BRL-PYG?sa=X&sqj=2&ved=2ahUKEwiGvNr5_82HAXU7qpUCHSEPCEcQmY0JeqQIJBAw&window=MAX. Acesso em: 24 jul. 2024.

HIRST, Mônica. As relações Brasil-Paraguai: baixo incentivo no Lato e Stritu Sensu. **Política Externa**, v. 14, n. 3, p. 11-21, 2006.

KFURI, Regina; LAMAS, Bárbara. **Paraguai**: Quo Vadis? Entre o Mercosul e os Estados Unidos. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAIInternacional/2008/vol10/no1/1.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

KUME, Honório; PIANI, Guida. A tarifa externa comum no Mercosul: avaliação e perspectivas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, p. 17-26. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4694>. Acesso em: 23 jul. 2024.

LAMBERT, Peter; NICKSON, Andrew. **The Paraguay Reader: History, Culture, Politics**. Durham: Duke University Press, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/9780822395393>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LAMBERTI, Eliana. **Dinâmica Comercial no território de fronteira**: Reexportação e Territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Orientador: Dr. Tito Carlos Machado de Oliveira. 2006. 93f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/989>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LAMBERTI, Eliana. **Regulação e Reprodução do Sistema Socioeconômico**: análise da trajetória do desenvolvimento do Paraguai. 2011. 283f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49857>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

LEMOS, Tárzia Rafaela Gomes Bezerra. **Avanços e perspectivas do desenvolvimento econômico e regional no Mercosul**: um estudo sobre os impactos do Focem. São Cristóvão, SE, 2023. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18769>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MASI, Fernando. **Paraguay**: Los Vaivenes de la Política Comercial Externa en una Economía Abierta, 2006. Assunção: CADEP. Disponível em: <https://www.cadep.org.py/uploads/2022/05/vaivenespoliticacomercial.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. **Paraguay**. Estancamiento económico y desgaste político en los años del Mercosur. Assunção: Grupo Editor Altamira, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/cadep/20160721054607/6.pdf>. Acesso em 18 jul. 2024.

MASI, Fernando *et al.* **Paraguay en el Mercosur**: Asimetrías Internas y Política Comercial Externa. Assunção: CADEP, 2011. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/server/api/core/bitstreams/c0cdcf36-7980-43ab-bb64-9de2d74cb010/content>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

MENEZES, Alfredo da Mota Menezes; PENNA, Pio Filho. **Integração Regional**: blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MERCOSUL; CMC (Conselho do Mercado Comum); DEC. nº 11/21. Modificação da Decisão CMC Nº 58/10. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 22 dec. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=212&data=22/12/2021&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 28 jul. 2024.

OBEI (Observatorio de Economía Internacional). **Informe de Comercio Exterior** – 2015-2016. Assunção, fev. 2016. Disponível em: <https://www.cadep.org.py/uploads/2016/02/Informe-Especial-Comercio-Exterior-2015-ADAPTADO.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

OCAMPO, José Antonio. **Cooperación financiera regional**. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2006. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/2459>. Acesso em: 23 jul. 2024.

ONS Álvaro; RUIZ Francisco Dias. Desvíos del AEC: Teoría y Situación del Paraguay. *In*: MASI, Fernando *et al.* **Paraguay en el Mercosur**: Asimetrías Internas y Política Comercial Externa. Assunção: CADEP, 2011. p. 143-166.

PERUFFO, Luiza. **Integração monetária e financeira na América do Sul**: a perspectiva brasileira em um sistema internacional multimonetário. 2012. 149f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49857>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

RODRÍGUEZ, José Carlos. Una ecuación irresuelta: Paraguay-Mercosur. *In*: SIERRA, Gerónimo. (coord.). **Los Rostros del Mercosur**: El Difícil Camino de lo Comercial a lo Societal. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 361-372. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sierra/rodriguez.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

ROJAS, Gustavo Rojas de Cerqueira César. Integração Produtiva Paraguai-Brasil: novos passos no relacionamento bilateral, **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 22. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6732>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

RUIZ Francisco Dias. Calidad Institucional y Desempeño de la Política Comercial Externa del Paraguay. *In*: MASI, F. et al. **Paraguay en el Mercosur**: Asimetrías Internas y Política Comercial Externa. Assunção: CADEP, 2011. p. 131-140.

SILVA, André Luiz Reis da; RODRIGUES, Kamila Dalbem. Além das "assimetrias": a participação do Uruguai e do Paraguai no Mercosul. **Meridiano 47**, v. 12, n. 125, mai.-jun. 2011, p. 25 a 31. Brasília: UNB, 2011.

SOUZA, André de Mello; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; GONÇALVES, Samo Sérgio. Integrando desiguais: Assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul, **Texto para Discussão, No. 1477**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2683/1/TD_1477.pdf. Acesso em: 23 de jul. 2024.

YEGROS Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/184/1/historia_das_relacoes_internacionais_do_paraguai. Acesso em: 23 de jul. 2024.